

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.082.308 - PE (2017/0078599-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : JOSÉ MANOEL DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AGRAVADO : MARIA DE LOURDES FELIPE
ADVOGADO : GAUDÊNCIO RODRIGUES VILELA - PE008843

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por JOSÉ MANOEL DA SILVA, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 269-280, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado na alínea “a” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, assim ementado (fls. 200-210, e-STJ):

AÇÃO RESCISÓRIA EM AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA. VIOLAÇÃO DE LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI E ERRO DE FATO. (ART. 485, V E IX, DO CPC). INEXISTÊNCIA. MERA INSATISFAÇÃO DO AUTOR COM O RESULTADO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

1. A exegese do art. 485, inciso IX, do Código de Processo Civil, não admite a configuração de erro de fato, como motivo para a ação rescisória, quando a decisão impugnada apenas contraria as pretensões do autor;
2. Somente se considera violação literal a dispositivo de lei, para efeitos do art. 485, V, do CPC, a afronta direta ao conteúdo normativo, de modo que para a desconstituição extraordinária da coisa julgada é indispensável que a decisão rescindenda tenha conferido sentido excepcional à legislação, ofendendo-a de forma frontal, o que não ocorreu no caso.
3. Ação rescisória julgada improcedente.

Opostos embargos de declaração (fls. 218-225, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 233-240, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 248-257, e-STJ), o recorrente aponta violação aos artigos 3º, 6º, 131, 267, 535 e 485 do CPC/1973.

Sustenta, em síntese, que: a) o Tribunal *a quo* não apreciou temas relevantes ao julgamento da causa; b) o acórdão recorrido consignou indevidamente que o imóvel da recorrida existia antes da aquisição do recorrente; c) o recorrido é parte ilegítima para o ajuizamento da ação de nunciação de obra nova; e d) as provas produzidas pela parte recorrida não são suficientes para comprovar suas alegações.

Não foram apresentadas contrarrazões (fls. 261, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade (fls. 263-264, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os fundamentos de que: a) o acórdão recorrido apreciou a causa de modo satisfativo; e b) incidiria ao caso o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

Irresignada, aduz a agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que: a) o aresto impugnado, de fato, possui vícios de fundamentação; e b) o exame da pretensão não demanda reanálise da matéria de fato.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Inicialmente, assenta-se que, não obstante aponte violação ao art. 1.022 do CPC/2015, o recorrente não tece qualquer argumentação jurídica apta a demonstrar o modo pelo qual o Tribunal de origem teria vulnerado tal dispositivo legal.

Com efeito, verifica-se que, no ponto, o insurgente limita-se a afirmar a existência de omissões acerca de elementos relevantes para o julgamento da causa, sem discriminar quais seriam tais questões ou de que modo permitiriam a alteração do entendimento então firmado pela Corte local.

Cuida-se, portanto, de arguição genérica, que impede o conhecimento do recurso especial, nos termos da súmula 284/STF, assim redigida: “*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia*”.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO. SÚMULA 284/STF. INOVAÇÃO RECURSAL EM AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE. SUPOSTA CONTRARIEDADE A DISPOSITIVOS DA CARTA MAGNA. COMPETÊNCIA DO STF. EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO PELO PAGAMENTO. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A mera alegação de violação do art. 535 do CPC, com o argumento de que o Tribunal de origem não se manifestou acerca do alegado nos embargos, configura alegação genérica de violação, caso em comento, constituindo argumentação deficiente, a atrair a incidência, por analogia, do teor da Súmula 284/STF.

(...)

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 317.596/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 03/03/2015, DJe 30/03/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INDICAÇÃO GENÉRICA DE DISPOSITIVO DE LEI. SÚMULA N. 284/STF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF. MULTA. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

1. Não se conhece do apelo especial que menciona genericamente os dispositivos legais tidos por violados sem comprovar a efetiva ofensa à lei (Súmula n. 284/STF).

(...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 194.897/MA, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 01/02/2013)

2. De igual modo, não merecem guarida as demais questões suscitadas no apelo.

Da leitura do acórdão recorrido, colhe-se que o Tribunal local, à luz dos

elementos de prova acostados aos autos, consignou que a sentença rescindenda apreciara a causa à luz dos elementos probatórios então produzidos, em respeito aos dispositivos legais então aplicáveis à espécie.

Logo, reputou descabida a rescisão da coisa julgada, seja em virtude de suposto erro material, seja em razão da inexistência de violação literal da lei. Veja-se (fls. 208-210, e-STJ):

Compulsando detidamente os autos, constato que a sentença rescindenda não violou qualquer dispositivo de lei, tampouco se encontra fundada em erro de fato, já que julgou o caso concreto de acordo com a norma legal aplicável à espécie, e os elementos probantes existentes no processo.

Ademais, para melhor elucidar a questão, passo a esclarecer que somente ocorre erro de fato quando o julgado rescindendo admite fato inexistente ou deixa de valorar um fato efetivamente ocorrido (§ 1º do art. 485 do CPC).

A doutrina mais renomada, reportando-se ao cabimento da ação rescisória com base no art. 485, IX, do CPC, ou seja, com base em erro de fato, defende a existência de alguns pressupostos.

De acordo com o magistério de JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA: "Quatro pressupostos hão de concorrer para que o erro de fato dê causa à rescindibilidade: a) que a sentença nele seja fundada, isto é, que sem ele a conclusão do juiz houvesse de ser diferente; b) que o erro seja apurável mediante o simples exame dos documentos e mais peças dos autos, não se admitindo de modo algum, na rescisória, a produção de quaisquer outras provas tendentes a demonstrar que não existia o fato admitido pelo juiz, ou que ocorrera o fato por ele considerado inexistente; c) que "não tenha havido controvérsia" sobre o fato (§ 21; d) que sobre ele tampouco tenha havido "pronunciamento judicial" (§ 2º)." (José Carlos Barbosa Moreira, in Comentários ao CPC, Volume V - Arts. 476 a 565, 11a ed., Ed. Forense, págs. 148/149).

Noutra oportunidade, desta vez nos autos da ação rescisória nº 3321/CE, de relatoria do Ministro SIDNEI BENETI, decidiu a Segunda Seção do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que:

"A exegese do art. 485, inciso IX, do Código de Processo Civil, não admite a configuração de erro de fato, como motivo para a ação rescisória, quando a decisão impugnada apenas contraria as pretensões do autor."

Como se sabe, o objetivo maior da ação rescisória é expungir do mundo jurídico a coisa julgada quando se verificar os vícios mencionados no art. 485 do CPC e não rediscutir a prestação jurisdicional já exercida de forma correta, clara e coerente, tal como ocorreu no caso vertente.

Elucidando a controvérsia, pode-se dizer que o erro de fato que autoriza a ação rescisória é o que se verifica quando a decisão leva em consideração fato inexistente nos autos ou desconsidera fato incontestado demonstrado no processo (§§ 1º e 2º do art. 485 do Código de Processo Civil).

Erro de fato se dá, por outras palavras, quando existe nos autos elemento capaz, por si só, de modificar o resultado do julgamento, embora ele não tenha sido considerado quando da prolação da decisão ou, inversamente, quando se julga uma ação com base em elemento inexistente no processo, hipótese totalmente distinta da aqui verificada.

Aliás, em recente julgamento, datado de 19-12-2013, decidiu o Egrégio SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, por meio de sua Terceira Seção,

nos autos da AR 1.370/SP, de relatoria do eminente Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, que:

(...)

Aliás, somente se considera violação literal a dispositivo de lei a afronta direta do conteúdo normativo expresso na legislação, de modo que para a desconstituição extraordinária da coisa julgada é indispensável que a decisão rescindenda tenha conferido sentido excepcional à legislação, ofendendo-a de forma frontal, o que não ocorreu no caso.

Forte em tais considerações, e com base no bem lançado Parecer da Procuradoria de Justiça em matéria cível, voto no sentido de julgar improcedente a ação rescisória (CPC, art. 269, I), por não verificar qualquer hipótese do art. 485, e seus incisos, do Código de Ritos, tempo em que condeno o autor nas custas processuais, assim como em honorários advocatícios sucumbenciais, estes fixados em R\$ 1.000,00 (hum mil reais), ficando a exigibilidade da condenação suspensa, em razão do autor se encontrar assistido por membro da Defensoria Pública Estadual, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/1950.

Nesse contexto, tem-se que o provimento do pleito recursal demandaria que a premissa acima firmada fosse derruída. Para tanto, todavia, revelar-se-ia necessária a reanálise de matéria fático-probatória, providência vedada em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 07/STJ. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO RESCISÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA.

1. Nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, a rescisão de julgamento fundada em erro de fato pressupõe a demonstração de que a decisão admitiu fato inexistente ou tenha considerado inexistente um fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, tanto em um como em outro caso, que não tenha havido controvérsia, nem pronunciamento judicial sobre o fato, pois, caso contrário, a discussão versará sobre erro de julgamento, discussão estranha à ação rescisória, que não pode ser utilizada como sucedâneo recursal.

Precedentes.

1.1. A revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pela recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias, providência vedada nessa instância especial. Incidência das Súmulas 83/STJ e 7/STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1267737/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 13/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485, V, DO CPC/1973. VIOLAÇÃO LITERAL DE LEI FEDERAL AFASTADA NA ORIGEM. SÚMULA N. 343/STF. DECISÃO MANTIDA.

(...)

4. Se o exame do alegado erro de fato exige incursão sobre cláusulas de acordo coletivo de trabalho, além de outros elementos de fatos e de

provas, o recurso especial depara-se com o obstáculo das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

5. A rescisão do julgado fundada em erro de fato pressupõe a demonstração de que a decisão admitiu fato inexistente ou tenha considerado inexistente um fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, tanto em um como em outro caso, que não tenha havido controvérsia, nem pronunciamento judicial sobre o fato.

(...)

7. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1129334/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 08/10/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. JULGAMENTO EXTRA PETITA. INEXISTÊNCIA. REEXAME.

IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO RESCINDENDA. ART. 485, V, DO CPC/1973.

(...)

3. A ação rescisória, fundada no art. 485, V, do CPC/1973, pressupõe a violação frontal e direta do conteúdo normativo de dispositivo legal. Precedentes.

4. Não é cabível a ação rescisória para reapreciar as provas ou analisar a sua correta aplicabilidade à hipótese. Precedentes.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1285314/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 01/02/2019)

Logo, inviável a admissão do apelo nobre.

3. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo. Por conseguinte, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários advocatícios arbitrados na origem (fl. 210, e-STJ), observado, se for o caso, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator